

PODER / Ministro Nunes Marques suspende o trecho da lei que prevê que o prazo de inelegibilidade de oito anos vale após o cumprimento da pena, atendendo ADI impetrada pelo PDT, um dia antes do recesso do Judiciário. Decisão, porém, será submetida ao Plenário do STF

Retalho da Ficha Limpa

» SARAH TEÓFILO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques suspendeu, no último sábado, um trecho da Lei da Ficha Limpa que prevê que o prazo de inelegibilidade de oito anos vale depois do cumprimento da pena. A medida cautelar, que ainda vai ao plenário da Corte, está no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo PDT e gerou críticas ao ministro. Além de ter decidido um assunto já julgado constitucional pelo colegiado, a decisão ocorreu um dia antes do recesso Judiciário, que começou ontem.

Nunes Marques suspendeu a expressão “após o cumprimento da pena” em um trecho da lei que diz que são inelegíveis, para qualquer cargo, “os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena” por diversos crimes, como abuso de autoridade, eleitorais, lavagem de dinheiro e contra a vida e a dignidade sexual.

Se uma pessoa é condenada, por exemplo, a 10 anos de prisão e a inelegibilidade pelo prazo de oito anos, este período passa a ser contado só depois que ela cumprir a pena. Agora, com o entendimento de Nunes Marques, a pessoa já poderá ser elegível assim que terminar de cumprir a pena, visto que já terão passado os oito anos. A decisão vale ape-

Nelson Jr/SCO/STF - 5/11/20



Pela decisão de Nunes Marques, condenado a mais de oito anos terá cumprido automaticamente a inelegibilidade

nas “aos processos de registro de candidatura das eleições de 2020 ainda pendentes de apreciação, inclusive no âmbito do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do STF”. Ou seja, apenas para os casos que ainda não foram analisados.

No pedido, o PDT afirma que a atual legislação gera uma inelegibilidade por tempo indeterminado, porque acaba dependendo do prazo de tramitação do processo. Na decisão, o ministro disse que a norma “parece estar a ensejar, na prática, a criação de nova hipótese de inelegibilidade”.

“Perplexidade”

Ao *Correio*, o decano do Supremo, o ministro Marco Aurélio, disse ver com “certa perplexidade” a decisão de Nunes Marques. “O Supremo já tinha enfrentado essa lei. Quando nós apreciamos a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, nós apreciamos no todo”, afirmou. O magistrado frisou que não critica o que foi decidido por Marques, por não ter lido a medida cautelar, mas que acreditava que o assunto já estava superado, visto que o colegiado do STF julgou a constitucionalidade da lei em 2012.

Marco Aurélio ressaltou o artigo 16, da Constituição Federal, que prevê que “a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”. “O que se busca com isso: a estabilidade. É disputar sabendo quais são as regras do jogo. Não dá para, em cima de uma eleição, você inovar esse princípio constitucional. Se nem o legislador pode inovar, o Judiciário poderá?”, questionou.

Para Marco Aurélio, a atuação individual para ser referendada posteriormente “é exceção”. “Vo-

Não dá para mudar e atuar como legislador positivo. O que eu penso é que está na hora de nós entendermos que outros Poderes também exercem o crivo de constitucionalidade”

Ministro Marco Aurélio de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, ao comentar a decisão do ministro Nunes Marques

cê só pode atuar isoladamente se houver, realmente, em termo de inconstitucionalidade, algo gritante”, disse.

O ministro frisou que o Supremo endossou a lei editada pelo Congresso Nacional. “Não dá para mudar e atuar como legislador positivo. O que eu penso é que está na hora de nós entendermos que outros Poderes também exercem o crivo de constitucionalidade”, afirmou.

Movimento

A decisão de Nunes Marques soma-se a um movimento que vem sendo analisado nos basti-

dores da Corte como uma reação de ministros ao presidente Luiz Fux. Isso porque, em uma atitude inédita na história recente do STF, os ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes comunicaram à presidência do tribunal que vão seguir despachando durante o recesso.

O gesto foi interpretado como uma nova retaliação a Fux, que provocou um racha com a ala garantista do Supremo ao definir o placar no julgamento que barrou a possibilidade de reeleição dos atuais presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O deputado, aliás, manifestou-se sobre a medida dos ministros que continuam trabalhando.

“Parabéns aos ministros do STF pela decisão. Continuo defendendo que o Congresso deveria trabalhar no mês de janeiro e organizar uma pauta com o governo. A pandemia e a situação econômica do país exigem um esforço maior de todos nós”, escreveu o deputado, no Twitter.

Além disso, o acirramento dos ânimos na Corte ocorre após um grupo de advogados ter apresentado um habeas corpus, cujo efeito poderá levar à soltura de condenados presos no país. Os criminalistas querem derrubar a liminar de Fux que suspendeu, por tempo indeterminado, a implementação do juiz de garantias.

O regimento interno do Supremo prevê que, entre as atribuições do presidente do tribunal, está “decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias”. O STF só retoma regularmente os trabalhos em fevereiro.

ELEIÇÕES



Furlan virou a eleição do primeiro para o segundo turno e fechou o pleito com 55,7% dos votos válidos

Em Macapá, Furlan vence Alcolumbre e Bolsonaro

» WESLEY OLIVEIRA

O médico e deputado estadual Dr. Furlan (Cidadania) venceu, ontem, a disputa pela Prefeitura de Macapá, com 55,7% dos votos válidos. Derrotou o candidato do DEM, Josiel Alcolumbre, que obteve 44% dos votos e ainda contou com o apoio do presidente Jair Bolsonaro — que, em vídeo no Twitter, pediu votos para o irmão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O resultado do segundo turno foi de virada, já que, no primeiro, em 6 de dezembro, Josiel tinha sido o mais votado. Antônio Paulo de Oliveira Furlan tem 47 anos e ocupava uma cadeira na Assembleia Legislativa do Amapá desde 2017.

A derrota na capital amapaense foi o segundo revés político da família Alcolumbre, em dezembro. Dias atrás, o senador viu o Supremo Tribunal Federal (STF) barrar, por 6 a 5, sua possibilida-

de de reeleição para a Presidência da Casa. O parlamentar foi um dos maiores articuladores da campanha de seu irmão, um estreatante na política.

A eleição na capital fora adiada por causa da crise de fornecimento de energia que afetou o estado em novembro — no restante do território amapaense, o pleito ocorreu nas datas previstas, 15 (primeiro turno) e 29 de novembro (segundo). Josiel liderava as pesquisas de intenções de voto, mas o apagão respingou em sua campanha. Diante do desgaste para a campanha do irmão, o presidente do Senado procurou o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para pedir — e conseguir — o adiamento da votação.

Os adversários de Josiel responsabilizaram o governo federal pela pane, e associaram o senador e seu irmão a Bolsonaro. Ain-

da durante a campanha, o candidato do Cidadania recebeu o apoio de Podemos e PRTB, e o “voto crítico” de PSB e Rede para enfrentar a ampla coligação dos Alcolumbre — que o senador pretendia amarrar já para 2022, quando pretende se candidatar a governador do Amapá.

Após o resultado, Davi foi ao Twitter parabenizar Furlan. “Desejo-lhe uma gestão exitosa e reafirmo que seguirei trabalhando, como sempre fiz, por Macapá e pelo meu Amapá. Que jamais nos esqueçamos de que a democracia é o pilar mais importante da sociedade”, escreveu. E afirmou que não haverá retaliações ao prefeito eleito. “Seguiremos trabalhando por mais conquistas e nenhum retrocesso. Temos muitos investimentos federais para que Macapá continue o seu caminho de crescimento e prosperidade. Vence a vontade soberana das urnas”, completou.

DE CASACA E CHUTEIRAS

SILVESTRE GORGULHO

A ERA DOS GRANDES DRIBLES NA POLÍTICA, CULTURA E HISTÓRIA

LEMBRANDO E APRENDENDO UMA CRIATIVA LEMBRANÇA DE NATAL

1956 – 1977
BRASILIA – JK – PELÉ

BRASILIA 60 ANOS
BRASIL
60 ANOS

Como os Anos JK e Pelé moldaram uma nova visão do Brasil

“De Casaca e Chuteiras – A Era dos Grandes Dribles na Política, Cultura e História” narra os passos de Pelé e também revive uma linha temporal que permeia todo o texto, iniciada em 1956. Nesse ano, três grandes fatos marcaram a História do País: a posse de JK como presidente da República, em 31 de janeiro; a assinatura do projeto de lei que transferia a capital do Rio de Janeiro ao Planalto Central, em 18 de abril; e a estreia profissional de Pelé, no Santos, em uma partida contra o Corinthians de Santo André, em 7 de setembro. Estreia com 15 anos e com gol”.

Jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva

“Que capa mais linda do livro “De Casaca e Chuteiras”. Achei o máximo. Sou fã de carteirinha dos três personagens do livro: JK, Pelé e Brasília. Silvestre Gorgulho é bom de pesquisa e de contar histórias sobre Brasília. Bom de resgatar fatos e fotos de um Brasil grande que nos encheu a todos de orgulho”.

Maria Estela Kubitschek Lopes

“Tenho certeza de que todos que lerem “De Casaca e Chuteiras” vão se orgulhar de terem nascido no Brasil. Gorgulho é entregador das histórias mais autênticas e originais sobre Brasília, JK e Pelé”.

Marilene Cardoso

“Que belo presente Silvestre Gorgulho entrega ao Brasil, à Brasília e ao mundo. “De Casaca e Chuteiras” apresenta um profundo estudo do Brasil antes e depois de JK e antes e depois de Pelé, duas figuras iluminadas, de grandes feitos, fora da curva de significativa parte da humanidade”.

Engenheiro Regiton Queiroz

“O livro lançado no dia que Pelé completa 80 anos de idade é um grande almanaque sobre o Brasil de 1956-1977. É também um antídoto contra o baixo-astral desses dias em que perdemos tantos amigos — uns para o vírus, a maioria para a falta de razão — e que nos lembra que ainda é importante ter ídolos. Em “De Casaca e Chuteiras”, que vem com o subtítulo “A Era dos Grandes Dribles na Política, Cultura e História”, Silvestre Gorgulho ergue um monumento a heróis brasileiros, como se estivesse imbuído de acabar com essa era de cinismo. A partir de uma confluência de datas, ele traça linhas evolutivas das histórias de Pelé e JK para mostrar uma época em que o Brasil começou a ter orgulho de si próprio”.

Jornalista Paulo Pestana

“Este livro mostra como JK e Pelé, um branco e outro negro, ambos com infância bastante difícil, souberam com esforço e coragem, construir e acreditar em seus sonhos. Esses exemplos, mais do que nunca, têm que permear a consciência nacional. O Brasil vem assistindo a um insidioso processo de polarização que contrapõe negros x brancos x indígenas, ricos x pobres, direita x esquerda, questões de gênero e religiosas que só fazem minar nossa unidade. O Brasil é de todos. E todos devem ser do Brasil”.

Luiz Cezar L. de Azevedo

PARA COMPRAR: Mercado Livre ou direto na Editora: Raquel - (61) 99866-2911 ZAP: (61) 98442-1010